

**Senado confirma diplomatas indicados para a ONU e o Chile 6**



Pedro França/Agência Senado

Novo representante do Brasil na ONU, Luiz Alberto Figueiredo Machado fala para Fernando Collor e o novo embaixador do Brasil no Chile, Georges Lamazière

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.787 — Brasília, sexta-feira, 30 de novembro de 2012



## Governo quer aplicar royalties do petróleo na educação

Aloizio Mercadante, Roberto Requião, Ana Rita, Delcídio do Amaral e Eduardo Braga em audiência conjunta das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais



Gerardo Magela/Agência Senado

Ministro Mercadante fez a afirmação ontem, em audiência sobre o plano nacional para o setor

**T**ermina hoje o prazo para que a presidente Dilma sancione ou veto projeto sobre distribuição dos royalties. Em outro debate sobre o tema, secretários de Educação, estudantes e movimentos sociais pediram ainda ao menos 10% do PIB para o setor. **4 e 5**

**Jornalista denuncia morte de índios bebês no Amazonas 7**

**Representante do governo aponta má gestão no setor de transportes 8**



Ministra Marta Suplicy discursa diante de Ciro Nogueira, Eduardo Braga, Marco Maia, José Sarney, Paulo Pimenta e Eduardo Gomes

**Novo sistema nacional vai integrar políticas para a cultura**

Congresso promulgou ontem emenda constitucional para mecanismo que já despertou interesse de adesão de 23 estados. **2**

## Sarney participa da cerimônia de posse de Zavascki no STF

Ao lado de outras autoridades da República, o presidente do Senado, José Sarney,

participou ontem da cerimônia de posse de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal

(STF). Ele ocupa a vaga deixada pelo ministro Cezar Peluso, que se aposentou em agosto. **3**



Nelson Jr./SCO/STF

O presidente do STF, Joaquim Barbosa (5º à esq.), aplaude o novo ministro Teori Zavascki (4º à esq.); o presidente do Senado, José Sarney (2º à dir.), esteve entre as autoridades presentes à posse

Gerardo Magela/Agência Senado



Entre o presidente da Câmara e a ministra da Cultura, Sarney preside a sessão que promulgou a mudança na Constituição

## Sistema Nacional de Cultura tem 23 estados interessados

Congresso promulgou ontem emenda constitucional que prevê integração das políticas culturais de União, estados e municípios. Ministra afirma que setor não será mais afetado pela troca de governos

O SISTEMA NACIONAL de Cultura vai integrar as políticas de União, estados e municípios, reforçando recursos humanos e materiais. A previsão foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, na sessão solene de ontem em que o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 71/12, que prevê um sistema colaborativo dos órgãos das três esferas da Federação.

Autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 416/05, que resultou na emenda, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) disse que 23 dos 27 estados e um quarto dos municípios manifestaram interesse em aderir ao novo sistema. O presidente da Câmara, Marco Maia, disse que a emenda contribui para organizar, qualificar e universalizar as políticas culturais.

Para a ministra da Cultura, Marta Suplicy, o sistema legítima a estrutura que vai articular a gestão do setor, aproximando as administrações federal, estaduais e municipais e a sociedade civil. Segundo ela, a cultura não será mais afetada pela troca de governos.

Marta destacou que na gestão de José Sarney como presidente da República (1985—1990) foi criado o Ministério da Cultura. Ela considerou uma feliz coincidência participar, como ministra da pasta, da promulgação da emenda que cria o Sistema Nacional de Cultura, em sessão presidida por Sarney.

### “Revolução” à vista

A ministra disse que os senadores precisam aprovar o vale-cultura, já votado pela Câmara (PL 4.682/12).

— Vai ser uma revolução no Brasil, porque pessoas que nunca tiveram acesso a uma peça de teatro, a um cinema, a um DVD ou a um livro poderão comprar. Quem ganha até cinco salários mínimos vai poder aderir, a partir do interesse da empresa em que trabalha e do seu interesse — afirmou.

Marta acrescentou que o Senado vai avaliar também o ProCultura, “que começou como Lei Sarney e depois virou Lei Rouanet”. Ela pediu a Sarney que seja relator da proposta, PL 6.722/10. Segundo a ministra, ele é a pessoa

com mais preparo para lidar com essa lei, que “ainda é um dos instrumentos mais importantes para a cultura”.

Sarney lembrou que, pouco depois de assumir o primeiro mandato no Senado, apresentou o primeiro projeto de incentivos fiscais para a cultura. Um país, alegou, não pode ser uma potência econômica, militar ou política se não for forte na cultura. Ele contou que na Presidência percebeu o quanto a área era colocada em segundo plano: na hora dos cortes, encabeçava as listas.

— Eu disse que a partir daquele momento não se cortava um vintém da cultura. Ao contrário, teríamos que aumentar o que pudéssemos — afirmou.

A emenda define os integrantes do Sistema Nacional de Cultura: o ministério, o Conselho Nacional de Política Cultural, os órgãos estaduais e municipais e as instituições públicas e privadas que atuam no setor, além de museus, bibliotecas e arquivos, entre outros. E prevê articulação com órgãos de educação, de ciência e tecnologia, de turismo e de esportes.

## DVDs e livros registram o Fórum Senado Brasil

O Fórum Senado Brasil, ciclo de debates com pensadores renomados, concluiu quarta-feira as atividades deste ano com o lançamento de uma coleção de DVDs com as 14 conferências e de dois livros sobre as atividades.

Na cerimônia de lançamento, na Biblioteca do Senado, o

presidente da comissão organizadora do fórum, embaixador Jerônimo Moscardo, destacou a necessidade de “pensar o Brasil”, sublinhando o protagonismo do Senado.

— É necessário trazer o pensamento e a reflexão para que o Senado não seja somente uma Casa de revisão — disse.

O fórum aconteceu no segundo semestre por iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, para resgatar o papel de reflexão da Casa. Participaram acadêmicos estrangeiros, como os professores Frédéric Gros, da Universidade Paris-Est Créteil; Charles Girard, da Universidade de Sorbonne; e Francis Wolff, da Escola Normal Superior de Paris.

Entre os palestrantes brasileiros, estiveram o acadêmico Sérgio Paulo Rouanet e os professores Vladimir Safatle, da Universidade de São Paulo (USP); Eugênio Bucci, da USP; Renato Lessa, da Universidade Federal Fluminense; e Luiz Alberto Oliveira, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, entre outros.

## Jucá elogia programa do governo de combate à pobreza

Romero Jucá (PMDB-RR) destacou, em discurso no Plenário, que a faixa etária atendida pelo Programa Brasil Carinhoso irá agora de zero a 15 anos, conforme medida provisória a ser encaminhada ao Congresso. Lançada em junho, a iniciativa era voltada a famílias com filhos de até 6 anos.

A ação vai retirar da extrema pobreza mais 7,3 milhões de brasileiros, disse o senador, ao ressaltar que 9,1 milhões de pessoas já são beneficiadas.

Com a ampliação do programa, cuja bolsa de R\$ 70 será paga a cada membro da família em que houver crianças de zero a 15 anos, o nível de pobreza extrema no Brasil será reduzido a 2,5 milhões de pessoas, segundo Jucá. Ele afirmou que é preciso investir em novas soluções para zerar o problema.

Segundo o governo, a expansão do programa representa um custo adicional de R\$ 1,74 bilhão ao ano no Programa Bolsa Família.

### Cultura

Jucá também destacou a promulgação da PEC que criou o Sistema Nacional de Cultura. Ele disse que medidas como essa são fundamentais para um país culturalmente tão rico como o Brasil. O senador lembrou iniciativas anteriores nesse sentido, entre elas a Lei Sarney, de incentivo à cultura, e a Lei Rouanet.

— A emenda é um passo a mais no sentido de reforçar a nossa brasilidade, a nossa identidade como país multicultural que tem marca profunda na cultura mundial — afirmou.

### Petróleo

No pronunciamento, Jucá disse que a presidente Dilma Rousseff pode avançar e vincular os recursos oriundos da exploração do petróleo à educação. O senador afirmou que é preciso destravar o processo dos leilões e recuperar o tempo perdido na exploração dessa riqueza.



Extrema pobreza ficará reduzida a 2,5 milhões de pessoas, diz Jucá

## Sarney participa de anúncio da ampliação do Brasil Carinhoso

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia em que foi anunciada a ampliação do Programa Brasil Carinhoso.

— O que estamos hoje anunciando é um passo decisivo para a sociedade de classe média que desejamos. Aquela sociedade em que todos tenham as mesmas oportunidades — disse a presidente Dilma Rousseff.

O Brasil Carinhoso integra o Plano Brasil sem Miséria e inclui ações de saúde, educação e transferência de renda às famílias extremamente pobres.

O governo estima que o programa, lançado em junho, tenha retirado 9,1 milhões de pessoas da extrema pobreza. Com a ampliação, a expectativa é que mais 7,3 milhões de pessoas superem a miséria.

Também acompanharam a cerimônia o vice-presidente da República, Michel Temer, ministros de estado, senadores, deputados, além de governadores e prefeitos.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

#### PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, sem votações. É destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

#### CRA Assentamentos

14h Audiência pública debate infraestrutura, conflitos, acompanhamento e assistência dos órgãos governamentais nos acampamentos e assentamentos que aguardam regularização, além de perspectivas e entraves para desapropriação de novas áreas para reforma agrária. Foram convidados, entre outros, representantes da Ouvidoria Agrária Nacional e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lia de Paula/Agência Senado



O embaixador Jerônimo Moscardo ressalta o protagonismo do Senado

## Sarney participa da posse de Zavascki no STF

O presidente do Senado, José Sarney, acompanhou ontem a posse do ministro Teori Albino Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF).

Depois de passar por sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de ser aprovado pelo Plenário do Senado, ele passa a ocupar a cadeira deixada por Cezar Peluso, aposentado em agosto.

Além de Sarney, o presidente da

Câmara dos Deputados, Marco Maia, e todos os ministros da Corte acompanharam a rápida cerimônia.

A escolha de ministro do STF é de livre iniciativa do presidente da República. O indicado precisa ter de 35 a 65 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. Zavascki é o terceiro ministro nomeado pela presidente Dilma Rousseff para a Corte. Ela nomeou também Luiz Fux e Rosa Weber.

Carlos Humberto/SCD/STF



Em cerimônia, Teori Zavascki (C) toma posse como ministro do Supremo Tribunal Federal

# Comissão ouvirá dirigentes da Anac sobre venda de pareceres técnicos

Convocação foi aprovada ontem, juntamente com a participação da CI em audiência com ministros sobre a Operação Porto Seguro, da PF

A CONVOCAÇÃO DO diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany, e do diretor de Infraestrutura Aeroportuária da autarquia, Rubens Vieira, foi aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Em data a ser definida, eles devem prestar esclarecimentos sobre as fraudes apuradas

pela Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, que investigou a venda de pareceres técnicos fraudulentos por autoridades do governo. O requerimento foi apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR).

A CI também aprovou o requerimento do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), e de Walter Pinheiro (PT-BA), que convida o

ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, a prestar informações sobre a Operação Porto Seguro em reunião conjunta com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA).

Foi rejeitado, porém, requerimento de Alvaro Dias

para ouvir o diretor-geral em exercício, o chefe de gabinete, o procurador-geral e o ouvidor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) — Tiago Pereira Lima, Ênio Soares Dias, Glauco Alves Cardoso Moreira e Jailson Santos Soares, respectivamente — sobre as irregularidades apontadas pela Polícia Federal na autarquia.

## Deputado: relatório da CPI terá apenas “mudanças pontuais”

Depois de ter aceitado retirar do relatório final a indicação para o indiciamento de cinco jornalistas e o pedido para investigação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, o relator da CPI do Cacho-eira, deputado Odair Cunha (PT-MG), descartou novas alterações “substantivas” no texto.

— O relatório está apresentado. Pode-se sempre fazer algum tipo de ajuste, mas algo pontual, nada que signifique mudança estrutural — afirmou.

Os integrantes da CPI podem apresentar sugestões até 5 de dezembro, conforme prazo. O relator, porém, tem a prerrogativa de recusá-las.

— Significa que as propostas devem ser aceitas por mim ou não. Neste caso, quem não concordar com o relatório deve votar contra.

Há várias discordâncias em relação ao relatório final já manifestadas por integrantes da CPI. O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e o deputado Rubens Bueno (PPS-PR) já avisaram que vão apresentar voto em separado. Os integrantes do PSDB não se conformam com a recomendação de responsabilização criminal do governador de Goiás, Marco Ni Perillo. Eles consideram o relatório um “instrumento de ataque político” e vão tentar derrubá-lo.

A votação do relatório de Odair Cunha está marcada para 5 de dezembro.



Comissão de Serviços de Infraestrutura rejeitou requerimento para ouvir servidores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## Mercadante: servidores do MEC terão punição exemplar

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, afirmou que os dois servidores da pasta investigados pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro serão “punidos de forma exemplar”.

A operação investiga funcionários públicos de vários órgãos, acusados de tráfico de

influência e venda de pareceres. Márcio Alexandre Barbosa Lima, servidor de carreira do MEC já afastado do cargo, teria fornecido uma senha privativa para que o então diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Paulo Vieira, alterasse dados no ministério sobre uma faculdade de propriedade

dele. Já Esmeraldo Malheiros Santos, assessor jurídico exonerado do ministério, tinha, segundo Mercadante, intimidade com pessoas envolvidas no esquema e “procurava demonstrar que fazia serviços que na verdade nunca exerceu”. O ministro também disse que há fortes indícios de

que Esmeraldo teria recebido dinheiro do esquema.

— Já instalamos uma comissão de sindicância. Em relação à faculdade mencionada, ela não tinha nenhuma bolsa do Fies ou do Proni. Não houve fraude no MEC. Mas colocamos sob supervisão e vamos fazer uma auditoria — relatou.

## Suplicy lamenta morte do jornalista Joelmir Beting

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez uma homenagem ao jornalista Joelmir Beting, que morreu ontem, aos 75 anos, em consequência de um acidente vascular encefálico hemorrágico.

Ao traçar um histórico pessoal e profissional de Joelmir Beting — que, de boia-fria, aos sete anos, tornou-se um dos principais jornalistas de economia do país —, Suplicy disse que teve a felicidade de

conviver com ele quando se tornou redator de assuntos econômicos do jornal *Folha de S. Paulo*, de 1976 a 1980.

— Como todos os brasileiros, passei a respeitá-lo e admirá-lo por sua extraordinária dedicação à profissão e pelo comprometimento ético — assinalou o parlamentar, que lembrou a



Waldemir Barreto/Agência Senado

paixão do jornalista pelo Palmeiras e o fato de ter sido um dos responsáveis pela introdução do jornalismo econômico no rádio, nos anos 1970, e na televisão, na década seguinte.

Suplicy chorou ao ler a carta de homenagem escrita pelo também jornalista Mauro Beting, filho de Joelmir.

## “Ele foi pioneiro e deixou sua marca no jornalismo brasileiro”, afirma Sarney

Em entrevista à Rádio Band News, o presidente do Senado, José Sarney, lamentou a morte do jornalista Joelmir Beting. Sarney destacou o pioneirismo de Beting na forma de tratar assuntos econômicos e afirmou que ele deixou uma marca no jornalismo brasileiro.

— O jornalista Joelmir Beting, sem dúvida nenhuma, marcou uma faixa importante do

jornalismo brasileiro, sendo um homem pioneiro, sendo um âncora dos assuntos econômicos no Brasil — disse.

Joelmir morreu na madrugada de ontem, aos 75 anos. Ele estava internado desde o dia 22 de outubro no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, e no domingo sofreu um acidente vascular encefálico hemorrágico.



Ao lado dos presidentes da CE, Roberto Requião (C), e da CAE, Delcídio do Amaral (D), Mercadante diz que cabe ao Senado apontar a fonte de recursos para o PNE

## Mercadante: governo quer 100% dos royalties do petróleo na educação

Ministro participou ontem de audiência no Senado. Hoje esgota-se o prazo para que a presidente Dilma Rousseff sancione ou vete projeto sobre distribuição dos royalties

O MINISTRO DA Educação, Aloizio Mercadante, defendeu ontem, em audiência pública conjunta das Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), que 100% dos royalties do petróleo sejam destinados ao Plano Nacional de Educação (PNE). O projeto que institui o plano (PLC 103/12), cuja principal meta é investir 10% do produto interno bruto (PIB) na educação até 2020, foi aprovado pela Câmara em outubro e aguarda apreciação do Senado.

Para o ministro, caberá à Casa revisora apontar a fonte dos recursos para que as metas sejam um compromisso de prefeitos, governadores e do governo federal.

— Não adianta dizer aonde nós vamos chegar sem dizer como vamos chegar. O único caminho concreto, realista, que eu vejo hoje é usar todos os royalties do petróleo e dizer: nossa prioridade é a educação — afirmou Mercadante, ressaltando que essa é a posição da presidente Dilma Rousseff.

O apelo do ministro foi feito na véspera do prazo final para que a presidente Dilma decida se sanciona ou veta, parcial ou integralmente, o projeto sobre a partilha dos royalties do petróleo (PLS 448/11), aprovado pela Câmara no início de novembro.

O texto aprovado redistribui entre União, estados e municípios os royalties e participações especiais provenientes da exploração do petróleo, sem destinar parcelas desses recursos para áreas específicas, como educação ou saúde.

De acordo com Mercadante, em 2011, o investimento em educação no país chegou a 6,1% do PIB. Para chegar a 10%, cerca de R\$ 200 bilhões, seria necessário quase dobrar, em dez anos, o investimento.

### Metas

O texto do PNE, detalhado pelo ministro durante a audiência pública, estabelece 20 metas que o país deverá atingir até 2020. Entre elas, a ampliação das vagas em creches em 50%, a erradicação do analfabetismo e a oferta do

ensino em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas.

O relator do projeto na CE, senador Roberto Requião (PMDB-PR), disse acreditar que está se construindo no Senado um consenso no sentido de fixar a totalidade dos recursos dos royalties como fonte para o PNE. No entanto, o relator na CAE, senador José Pimentel (PT-CE), discordou.

— Estou convencido de que a vinculação de 100% dos royalties é necessária. Mas temos muita resistência aqui no Senado, em face da expectativa criada pelos municípios quanto às novas receitas que esses royalties podem representar. Não tenho a segurança de que isso passe na CAE. Hoje, não teríamos votos suficientes — disse Pimentel.

## Especialistas defendem ao menos 10% do PIB para o setor

Sem o investimento público equivalente a 10% do PIB, não é possível cumprir as metas estabelecidas no projeto do PNE, defenderam participantes da segunda audiência sobre o PLC 103/12 realizada ontem pela CE e pela CAE.

Enviado pelo Executivo à Câmara em 2010, o projeto previa, originalmente, a ampliação progressiva do investimento no setor até o mínimo de 7% do PIB. Já pelo texto aprovado

pelos deputados, o governo se compromete a investir ao menos 7% do PIB em educação nos primeiros cinco anos de vigência do plano, e 10% ao final de dez anos.

— Para o PNE garantir acesso à educação e permanência nas escolas com aprendizagem e qualidade, são necessários 10% do PIB — disse a presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) no Sudeste, Célia Tavares.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, afirmou que, mesmo com 10% do PIB para a educação, o Brasil ainda estará aquém das médias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pois o PIB do país não é tão alto como, por exemplo, o do Japão, e aqui há mais pessoas para educar.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu, ainda, a cobrança

de um imposto sobre grandes fortunas com a vinculação dos recursos à educação.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, lembrou que o plano deveria ter sido colocado em prática desde 2011, o que não ocorreu devido à demora da tramitação na Câmara. José Pimentel disse esperar a aprovação até junho de 2013, para que seja incorporado ao Orçamento de 2014.

## Comissão aprova acordo sobre educação no Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 537/12, que ratifica decisão do Conselho do Mercosul sobre a educação de níveis fundamental e médio.

Por meio do acordo, os países do bloco habilitam a Reunião de Ministros do Setor Educativo a atualizar ou modificar a tabela de

equivalências que serve de base para o reconhecimento de certificados e títulos de estudos de nível fundamental e médio não técnico.

Como observou o relator da matéria, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o Protocolo de Integração Educativa — atualizado pela decisão do conselho — tem como objetivo “estabelecer denominações equivalentes a diferentes níveis de ensino”.

## Cristovam: ensino do Brasil é o penúltimo em ranking global

O Brasil ficou em penúltimo lugar em recente pesquisa britânica sobre a qualidade de ensino em 40 países, lamentou Cristovam Buarque (PDT-DF).

— O Brasil comete suicídio ao tratar a educação com descaso. Há anos sabemos dessa situação vergonhosa e não tomamos as medidas para fazer a revolução que o Brasil precisa. Só fazemos pequenos

ajustes que não compensam o aumento das exigências que o mundo de hoje põe na educação — disse. Para o senador, os professores e demais profissionais da educação devem ser bem remunerados, com bem formados e capacitados. As instalações das escolas devem ser satisfatórias e os recursos e instrumentos educacionais devem ser eficientes.

## Acaba prazo para Dilma decidir sobre royalties

A presidente Dilma Rousseff tem até hoje para se manifestar sobre o novo sistema de distribuição dos royalties do petróleo. Ela pode sancionar ou vetar total ou parcialmente o projeto aprovado no dia 6 pela Câmara dos Deputados, com 296 votos a favor e 124 contrários.

Se ela não se manifestar, o silêncio resultará na chamada sanção tácita da proposta (PL 2.565/11). Ou seja, a nova lei entrará em vigor a partir da publicação ou no prazo previsto no texto legal.

O projeto, também aprovado no Senado, prevê que o repasse aos estados produtores caia de 26% para 20% já em 2013. Os municípios que produzem petróleo e hoje ficam com 26% passarão a receber 15%. Já a parte dos estados não produtores saltaria de 7% para 21%.

Com isso, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, os

### Os argumentos de cada lado

NÃO PRODUTORES	PRODUTORES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Está se regulando petróleo em mar. Não houve alteração na exploração do produto em terra. E, conforme o artigo 20 da Constituição, toda riqueza em mar pertence à União. Ou seja, a todos os brasileiros.</li> <li>Se o petróleo é extraído do mar, não há estados produtores. O termo correto é confrontante. É o caso do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.</li> <li>A distribuição da riqueza ficará mais justa, pois pela regra atual, de 1998, não havia a descoberta de pré-sal nem o conhecimento brasileiro no setor.</li> <li>Todos os brasileiros, por meio dos impostos, pagaram pesquisas, lavras e retirada do petróleo do mar. Agora é uma questão de justiça: todos que contribuíram vão receber.</li> <li>O Brasil está há cinco anos sem leilões por falta de regras. A regra será válida para novos leilões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O projeto, da forma como foi aprovado, fará corte abrupto dos orçamentos estaduais de um ano para o outro. Só o Rio de Janeiro calcula perda de R\$ 3,4 bilhões em 2013 e de R\$ 77 bilhões até 2020.</li> <li>Se houver corte desse dinheiro, a população será seriamente prejudicada com serviços importantes, como segurança, educação e infraestrutura.</li> <li>Uma nova proposta cria situação de instabilidade jurídica ao mudar regras já estabelecidas de contratos firmados. O Rio e o Espírito Santo, por exemplo, defendem que só sejam redistribuídos royalties de campos ainda não licitados.</li> <li>Os estados e municípios produtores precisam receber mais com os royalties porque têm responsabilidades adicionais com a exploração do petróleo.</li> </ul>

dois maiores produtores nacionais, perderiam dinheiro. O governo estadual do Rio, por exemplo, estima perder, em 2013, cerca de R\$ 3,4 bilhões com a nova lei, valor que chegaria a R\$ 77 bilhões até 2020.

Se a presidente vetar,

a decisão ainda pode ser derrubada pelo Legislativo. Nesse caso, conforme a Constituição, o veto deve ser apreciado em sessão conjunta do Congresso, só podendo ser rejeitado pelo voto secreto da maioria absoluta dos deputados e senadores.

## Requião pede que renda do petróleo vá para educação

Mesmo apoiando a proposta do Ministério da Educação de destinar 100% dos royalties do petróleo para a educação, Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a medida seria insuficiente para mudar o modelo econômico do país. Defendeu ações mais radicais.

Segundo o senador, com a garantia dos royalties para a educação, o governo não precisaria mexer no superávit primário (esforço para o pagamento de juros da dívida) para atingir a meta de destinar 10% do

PIB para a educação — o que, segundo Requião, fez com que “os banqueiros e os bancos brasileiros batesses recordes do livro Guinness”. — Devemos estabelecer vinculações orçamentárias ao tempo em que vinculamos a destinação progressiva dos royalties para a educação — disse. Para ele, apesar dos avanços sociais promovidos por Lula e Dilma, o modelo econômico do país está esgotado.

— Temos que pensar, sim, na vinculação do royalty, nessa meta de 10%

## Wellington espera sanção da proposta

Wellington Dias (PT-PI) disse ontem, em pronunciamento, que acredita na sanção do projeto dos royalties pela presidente Dilma Rousseff.

— Quero dizer da minha esperança de ter a notícia de que a presidente sancionou o projeto. O petróleo é nosso, de todos os brasileiros.

Um senador, que é autor do projeto sobre os royalties aprovado no Congresso, explicou pontos que, a seu ver, estão sendo citados erroneamente a respeito do tema. Ele disse, por exemplo, que a redistribuição só ocorrerá sobre o petróleo produzido no mar e não sobre o extraído em terra.

## Ana Rita acredita que artigos serão vetados

Ana Rita (PT-ES) disse acreditar que a presidente Dilma Rousseff vetará artigos do PLS 448/11, que redistribui recursos oriundos dos royalties do petróleo.

O texto, aprovado no Congresso, foi enviado para a sanção presidencial.

Segundo a senadora, se for sancionado como está, o texto imporá ao Espírito Santo perdas de R\$ 10,5 bilhões até 2020.

— Imagine o que significa isso em termos de investimento em políticas públicas no estado do Espírito Santo e nos municípios capixabas — disse. Ela disse que é possível encontrar uma solução que permita ganhos a todos os estados e municípios.



Lúcia Vânia: medida desrespeita Lei de Responsabilidade Fiscal

## Lúcia Vânia vê falhas na MP que beneficia Região Centro-Oeste

Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um apelo para que o Congresso não aprove a MP 581/12, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), sem as alterações que ela considera necessárias.

O primeiro problema apontado pela senadora, que é vice-presidente da comissão mista que analisa a proposta, é a ausência do relatório de impacto financeiro e orçamentário para os R\$ 21 bilhões que o texto autoriza a União a injetar na Caixa e no Banco do Brasil.

Segundo Lúcia Vânia, não há previsão da fonte dos recursos a serem empregados para financiar as despesas aprovadas, mesmo sabendo que a execução da MP implicará aumento de despesa para o Tesouro Nacional. Para a senadora, a medida não obedece à Lei de Responsabilidade Fiscal.

### Banco

Outro problema é a transformação do FDCO num “ativo financeiro de seu agente operador”, sendo que a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), responsável pela gestão do fundo, não tem um banco regional, ao contrário do que ocorre com a Sudene (Banco do Nordeste) e a Sudam (Banco da Amazônia).

Por fim, a senadora alertou para o esvaziamento, por meio da MP, do Conselho Deliberativo do Centro-Oeste (Condel). De acordo com a Lei Complementar 129/09, que regulamentou a Sudeco, o Condel deve coordenar as discussões sobre as prioridades de ação e investimentos no desenvolvimento do Centro-Oeste e definir os critérios de aplicação dos recursos tanto do FDCO quanto do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Lúcia Vânia explicou que o conselho deliberativo é a “instância máxima” de planejamento estratégico do Centro-Oeste. A MP 581/12, no entanto, tirou do conselho o controle sobre o FDCO e o repassou para o Executivo.

— Para que vai servir o Condel? Para ser um conselho meramente ilustrativo? A medida provisória está impondo uma forma centralizadora de gestão. Não podemos aceitar isso.

## Pinheiro entrega relatório sobre FPE

Todos os senadores já receberam o relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) sobre o projeto de lei que estabelece novas regras para a partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O texto de Pinheiro tramita como emenda substitutiva ao projeto (PLS 289/11 — Complementar). O senador acredita na aprovação da proposta pelo Senado até 12 de dezembro — ainda a tempo de a Câmara dos Deputados analisá-la antes do recesso parlamentar.

Depois de semanas de negociações com os líderes partidários, Pinheiro entregou ontem o parecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com ele, o relatório busca um ponto de equilíbrio entre os interesses e as necessidades das 27 unidades federativas.

O novo regulamento precisa ser aprovado no Senado e na



Walter Pinheiro espera que o Senado aprove o projeto até 12 de dezembro

Câmara antes do recesso legislativo. Caso isso não ocorra, os estados entrarão em 2013 sem o dinheiro do FPE.

— A partir de 1º de janeiro, se não tivermos pelo menos essa regra básica, vamos conviver com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina a suspensão da partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados pela ausência de um conjunto de regras — alertou Pinheiro.

O senador explica que o

relatório teve contribuições de oito propostas que tramitavam no Senado sobre o tema.

Um dos pontos principais do documento é a manutenção dos repasses atuais para 2013 e 2014. Os recursos adicionais serão repartidos segundo critérios de população e renda per capita de cada estado, com previsão de transição das regras a partir de 2015.

Depois da CAE, a proposta terá de ser apreciada pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), deve apresentar requerimento de urgência para a matéria na próxima semana. Se for aprovado o requerimento, o projeto irá direto para o Plenário, onde receberia os pareceres dos relatores dessas comissões.

## Termina prazo de emendas ao Orçamento

Encerrou-se ontem o prazo para entrega de emendas ao projeto de lei do Orçamento de 2013. Além das emendas individuais (apresentadas pelos parlamentares), há as emendas das bancadas estaduais e as das comissões da Câmara e do Senado.

No ano passado, a Comissão

Mista de Orçamento (CMO) recebeu 9,8 mil emendas, no valor total de R\$ 72 bilhões.

As emendas entregues serão distribuídas por dez áreas temáticas. Em cada área, haverá um parlamentar atuando como relator setorial.

Como as demandas sempre ultrapassam a verba destinada

a cada área, uma das principais funções dos relatores setoriais é selecionar quais podem ser atendidas. A votação desses relatórios está prevista para 13 de dezembro.

Emendas não atendidas nessa fase podem ser reavaliadas posteriormente pelo relator-geral.

### Áreas temáticas

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL	VERBA
Infraestrutura	Senador Clésio Andrade (PMDB-MG)	R\$ 36,58 bi
Saúde	Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	R\$ 94,64 bi
Integração Nacional e Meio Ambiente	Senador Wellington Dias (PT-PI)	R\$ 11,90 bi
Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)	R\$ 93,05 bi
Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS)	R\$ 36,23 bi
Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputada Cida Borghetti (PP-PR)	R\$ 1,21 tri
Justiça e Defesa	Deputado Augusto Coutinho (DEM-PE)	R\$ 77,13 bi
Poderes do Estado e Representação	Deputado Luciano Castro (PP-RR)	R\$ 57,16 bi
Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Wandekalk Gonçalves (PSDB-PA)	R\$ 14,17 bi
Trabalho, Previdência e Assistência Social	Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	R\$ 486,26 bi

## Comissão propõe R\$ 475 mi para construção de ferrovias

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou seis emendas ao projeto orçamentário de 2013. As emendas serão encaminhadas para exame dos relatores setoriais. Uma delas, de R\$ 175 milhões, favorece a construção da Ferroeste, no Paraná. Outra emenda destina R\$ 300 milhões à construção de trechos ferroviários em Mato Grosso e no Acre.

Uma emenda de R\$ 40 milhões é destinada à construção da sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília. Para a adequação da navegabilidade da Hidrovia Tocantins—Araguaia, na Região Norte, foram destinados R\$ 110 milhões.

A CI aprovou emenda de R\$ 200 milhões para estudos e projetos de infraestrutura de transportes. Também foi aprovada emenda que prevê R\$ 40 milhões para apoio a arranjos produtivos locais para conteúdos digitais.

## Embrapa pode ter R\$ 200 mi para incrementar pesquisas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou quatro emendas, das 78 apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária para 2013, destinando R\$ 1,5 bilhão ao setor agrícola.

A emenda de valor mais elevado destina R\$ 600 milhões para apoio ao pequeno e médio produtor. Os recursos visam à promoção da agropecuária pela difusão de tecnologias, estudos e pesquisas em agricultura irrigada, estudos de infraestrutura e logística da produção, promoção e participação em exposições e feiras agropecuárias, entre outros objetivos.

A Embrapa recebeu um reforço de R\$ 200 milhões para ampliar o número de pesquisas com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal. Outras duas emendas destinaram R\$ 400 milhões para investimento em obras de infraestrutura que beneficiarão agricultores familiares e R\$ 300 milhões para o fomento da produção pesqueira e aquícola.

# Indicado para ONU quer Brasil em vaga fixa do Conselho de Segurança

Machado foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores, que também confirmou Lamazière como novo embaixador no Chile

COMO PAÍS PACÍFICO, democrático e promotor de consensos, o Brasil acredita cumprir os requisitos para ser candidato a membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A afirmação foi feita pelo ministro de primeira classe Luiz Alberto Figueiredo Machado, cuja indicação para o cargo de representante permanente do Brasil na ONU foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A mensagem presidencial foi relatada por Cristovam Buarque (PDT-DF). Após elogiar a atuação de Machado na conferência Rio+20, ele criticou o que chamou de "obsessão" por um assento permanente. O embaixador discordou.

— Não temos uma obsessão, apenas nos rendemos à realidade. Vai haver uma reforma do conselho, não podemos nos furtar em assumir um papel internacional condizente com a dimensão do Brasil.

Machado recordou que até

hoje o conselho passou por apenas uma reforma, em 1965, quando o número de integrantes subiu de 11 para 15.

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu apoio aos esforços do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para preservar a paz no Oriente Médio. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que Machado chegará à ONU com a autoridade de ter sido um importante negociador sobre meio ambiente. Inácio Arruda (PCdoB-CE) recordou que o Ceará foi um dos

primeiros a produzir energia eólica e começa a debater programa de energia solar.

A CRE também aprovou o embaixador designado para representar o Brasil no Chile, o ministro de primeira classe Georges Lamazière. Ele ressaltou o apoio do governo chileno à disposição do Brasil de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança.

— O Chile foi o primeiro país da região a expressar esse apoio — disse Lamazière.

Ele informou que o Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América Latina e já investiu mais de US\$ 12 bilhões no país. Entre as prioridades para os próximos anos, ele mencionou a construção de ligações terrestres entre os dois países e a possível participação brasileira na interligação do sistema elétrico chileno.

— Chile e Brasil pensam de forma parecida nas áreas regional e global e cooperamos com tranquilidade — disse.

## Eunício cobra solução para enfrentamento da seca no Nordeste

Eunício Oliveira (PMDB-CE) cobrou ontem uma solução para a seca no Nordeste, citando como exemplo a transposição do Rio São Francisco.

— A vitória de países como Israel, que enfrenta uma seca pior que a nossa, mostra que ninguém está fadado a morrer de fome e de sede.

Para Eunício, a solução passa pelos novos critérios de distribuição dos royalties do petróleo, pelos quais todos os estados, e não só os produtores, serão beneficiados. Ele disse que, ao sancionar o projeto, a presidente Dilma Rousseff garantirá um lugar único na história do povo nordestino.

— A seca sempre existirá. É preciso que construamos soluções estruturais permanentes — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Machado fala na audiência coordenada por Fernando Collor (C), quando também foi aprovada a indicação de Lamazière

## Senadores lamentam ausência do Chile no Mercosul

A possibilidade de o Chile entrar no Mercosul foi um tema predominante do debate com Lamazière. Isso poderia fortalecer o bloco econômico, na opinião dos senadores.

O relator da mensagem de indicação do embaixador, Cyro Miranda (PSDB-GO), elogiou conquistas econômicas e sociais do Chile e recordou que aquele país optou por

manter-se fora do Mercosul e, ao mesmo tempo, celebrar acordos comerciais com países de dentro e de fora da região.

Ana Amélia (PP-RS) sugeriu a Lamazière que busque maior cooperação com o Chile na inspeção sanitária e na produção vitivinícola. Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o Mercosul se ressentia da falta do Chile. Fernando Collor

(PTB-AL), presidente da CRE, disse que houve frustração.

— Naquela época já havia um sentimento do governo chileno de opção preferencial pelo Norte. Depois foi feito um tratado de livre comércio com os Estados Unidos e é muito difícil hoje termos o Chile como membro pleno do Mercosul. Mas o Mercosul ganharia muita musculatura

se pudéssemos contar com o Chile — disse Collor.

Brasil e Chile, disse Lamazière, optaram por modelos distintos em função de diferenças geográficas e históricas. Ele recordou que o Chile, hoje bastante voltado à Ásia, já era exportador para a Austrália no século 19. O Brasil, por sua vez, sempre apostou no mercado interno e na industrialização.

## Vanessa: investimento da China em pesquisa é exemplo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou ontem sobre a visita oficial que oito senadores fizeram à China neste mês, pouco após congresso do Partido Comunista que incluiu a pesquisa em ciência e tecnologia como fundamental para o desenvolvimento, a distribuição de renda e o combate à miséria.

— O Brasil precisa, para seguir no caminho do desenvolvimento social e da inclusão social, investir de forma mais compromissada na infraestrutura, mas principalmente na educação — avaliou Vanessa.

A senadora citou investimentos dos chineses no Brasil e elogiou os esforços de

cooperação, principalmente em mineração, petróleo, agricultura, indústria automotiva, ciência espacial e educação.

Na visita, organizada pelo governo chinês, os senadores visitaram instituições públicas e privadas. Vanessa lembrou que aquele país cresce 7,5% ao ano apesar da crise mundial.



Senadora fez visita oficial à China

## Inácio pede mais esforços para ajudar vítimas da estiagem

Inácio Arruda (PCdoB-CE) voltou a alertar para a situação de calamidade no Nordeste devido à seca.

— As estiagens que atingem o Nordeste setentrional chegam a alcançar mais de dois anos — afirmou.

O senador fez apelo aos governos federal e estaduais para garantirem o fornecimento de água nas cidades atingidas. Ele citou as cidades cearenses de Salitre, Araripe, Potengi e Campos Sales como algumas das mais prejudicadas. Além de carros-pipa, poços e cisternas, disse Inácio, é necessária a interligação de bacias.

— É pouco o que está sendo feito, diante da realidade que se apresenta aos nossos olhos. A nossa posição é de reforçar a reclamação justa do povo do meu estado e do Nordeste brasileiro — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Segundo Paul Raffaele, índios suruwahás, no Amazonas, incentivam assassinato de bebês deficientes e filhos de mães solteiras



Alexandre Guimarães, Fabiano Silveira, Magno Malta, Maria Iracema e Raffaele, que conviveu duas semanas com os suruwahás para produzir um documentário

## Jornalista australiano critica Brasil por tolerar infanticídio de índios

O JORNALISTA AUSTRALIANO Paul Raffaele manifestou indignação, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, com o que chamou de tolerância do governo brasileiro à prática do infanticídio em tribos indígenas isoladas.

Durante convivência de duas semanas com os índios suruwahás, no sudoeste do Amazonas, para produzir o documentário *Amazon's Ancient Tribe — first contact*, ele constatou que o grupo incentiva o assassinato de recém-nascidos deficientes ou filhos de mães solteiras, por acreditarem que são maus espíritos.

Raffaele disse que a Funai faz vista grossa à prática e que essa tolerância escapa de sua compreensão.

— Acredito que a Funai seja o órgão errado para administrar os territórios indígenas. O departamento está cheio de antropólogos que querem proteger a pureza cultural dos índios, mesmo quando isso envolve enterrar bebês vivos ou abandoná-los na floresta para serem comidos vivos por onças e outras feras — destacou.

O jornalista disse discordar da política da Funai e do governo brasileiro de

tentar manter tribos indígenas isoladas do resto da sociedade. Segundo ele, ao agirem assim, aprovam uma das piores violações aos direitos humanos.

— Não consigo entender por que não há, no Brasil, uma grande discussão a respeito do assunto. Como o povo brasileiro aceita as regras desses antropólogos? Não conheço nenhum outro país no mundo que aceite crianças enterradas vivas.

### Educação e conhecimento

Para Raffaele, que trabalha há cerca de 50 anos visitando tribos isoladas, na maioria dos locais em que esteve, os jovens queriam ter contato com o mundo externo para buscar formação educacional e conhecimento. Ele afirmou que a Funai desencoraja esse tipo de atitude e incentiva os índios a permanecerem na “Idade da Pedra”.

— Eles não perguntam o que os índios, principalmente os jovens, querem. Dizem a esses jovens o que devem fazer. Fecham as tribos no que eu chamo de museu antropológico vivo.

Segundo o jornalista, membros da Funai e do governo brasileiro negam que ainda haja assassinato de bebês

e crianças em tribos indígenas, mas ressaltou que existem provas que atestam a prática.

Magno Malta (PR-ES), autor do requerimento da audiência, criticou quem defende a morte de crianças indígenas como prática cultural.

— Deus não criou a cultura, criou a vida — disse o senador.

Representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Ministério Público e parlamentares presentes à audiência ressaltaram a importância do tema e afirmaram que debaterão o assunto dentro dos órgãos, para desenvolver projetos que levem mais cidadania às aldeias indígenas isoladas.

Os suruwahás vivem em uma área na localidade de Camaruã, no Amazonas. O grupo, composto por cerca de 140 pessoas, é conhecido como “povo do veneno”, devido à prática e veneração do suicídio, que constitui uma das características de sua cultura.

O consultor legislativo Fabiano Silveira, representante do Conselho Nacional do Ministério Público, afirmou que cabe aos órgãos de proteção agir para impedir suicídios e homicídios de índios.

## Jayme Campos defende fundo para mulheres vítimas de violência

O Projeto de Lei do Senado 109/12 propõe que se destinem R\$ 622 por até 12 meses a mulheres vítimas de violência doméstica. O autor, Jayme Campos (DEM-MT), pediu ontem apoio para a aprovação, o que criará um fundo que possibilite, além da renda, treinamento para recolocação no mercado de trabalho. Entre as fontes de recursos previstas para o fundo, estão o repasse de 10% do recolhimento de multas penais e doações privadas dedutíveis do Imposto de Renda.

O senador informou que a violência contra as mulheres gera ao Sistema Único de Saúde gasto anual de R\$ 5,3 milhões com internações. Ele lamentou que a Lei Maria da Penha não tenha atenuado esses índices.



Márcia Kallume/Agência Senado

## Paim apoia manifestação de aposentados na Câmara dos Deputados

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, que, em manifestação na Câmara dos Deputados, exigiram a votação do reajuste real para aposentados e do fim do fator previdenciário.

O senador criticou o governo, que “não mostra uma luz no fim do túnel” diante de uma realidade que classificou de desesperadora.

— É inadmissível que a Câmara não vote esse projeto que garante aos aposentados o direito de viver e envelhecer com o mínimo de dignidade.

Paim disse que os líderes na Câmara são pressionados a não votar as duas matérias, já aprovadas no Senado.

## Monteiro elogia projeto que permite deduzir do IR gastos com qualificação

Armando Monteiro (PTB-PE) comemorou a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos do PLS 149/11, que permite a empresas deduzir do Imposto de Renda os gastos com qualificação profissional dos funcionários. O projeto, que seguirá para a Câmara, complementa o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Hoje a participação das empresas se resume à abertura de crédito, através do Fies.

— O abatimento contribuirá para o aumento da competitividade das empresas, não apenas pela redução dos custos de capacitação, como também pelo ganho na velocidade com que esses profissionais serão qualificados — afirmou.



Márcia Kallume/Agência Senado

## Ativistas esperam aprovação da Política de Proteção dos Autistas

A expectativa pela iminente aprovação de um projeto de lei reconhecendo os direitos das pessoas com autismo marcou o debate realizado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Ativistas celebraram, na audiência, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que será comemorado em 3 de dezembro.

Anteontem, a CDH aprovou o relatório do senador Wellington Dias (PT-PI) às emendas da Câmara dos Deputados ao PLS 168/11, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A proposta está pronta para votação no Plenário do Senado.

Comemorando a conquista, a presidente do Mundo Azul Grupo de Pais, Berenice Piana, mãe de uma criança autista, contou como tudo começou:

— Hoje, nós temos um projeto de lei que começou na minha casa. Nós começamos a escrever aquele projeto de lei com muito entusiasmo, até com ingenuidade, acreditando que a gente poderia realmente escrever do começo



Rosinha da Adefal, Fernando Cotta, Acioli Olivo, Paulo Paim, Martinha Santos e Berenice Piana

ao fim um projeto para pessoas com autismo. Mas foi assim que começou.

Berenice afirmou que a aprovação do projeto vai dar ao autista o reconhecimento de que ele é pessoa com deficiência, o que será um grande marco. Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão, ficou emocionado após a fala de Berenice, ao lembrar as cartas que ela escrevia sobre a situação dos autistas.

A audiência contou ainda com a participação de Martinha Clarete Dutra dos Santos, representante do ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Ela disse que o Brasil tem uma dívida histórica

com as pessoas deficientes.

— Foi uma dívida constituída por um processo de exclusão social dessa população e, por essa razão, todo esforço conjunto se faz necessário de forma articulada e permanente para que nós tenhamos o resgate da cidadania, do direito dos sujeitos com deficiência à construção de sua história e seu tempo.

Diretor do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta denunciou que as salas de recursos, onde funciona atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência matriculadas em escolas comuns, estão sendo fechadas no Distrito Federal.

# “Má gestão atrapalha o setor de transportes”

Secretário do ministério diz que o fraco investimento em infraestrutura não se deve à falta de verbas, mas à carência de projetos bem elaborados e de pessoal suficiente

O FRACO INVESTIMENTO em infraestrutura de transportes no Brasil não se deve à falta de recursos financeiros, mas à carência de projetos bem elaborados, gestão competente e quadro de pessoal suficiente. A afirmação foi do secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, Marcelo Perrupato e Silva.

Ele participou de audiência que discutiu na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) as condições das rodovias usadas para o escoamento da produção agrícola do país.

Perrupato informou que os investimentos do Brasil não chegam a 1% do produto interno Bruto (PIB), que hoje é de R\$ 4,2 trilhões, enquanto os outros países do Bric (Rússia, Índia e China) investem mais de 4% dos PIBs deles.

O secretário disse que o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) propôs R\$ 430 bilhões para investir em infraestrutura de transportes em 16 anos, o que significa,



Acir Gurgacz (E) e Marcelo Perrupato debatem na CRA a situação de rodovias usadas para escoamento da produção agrícola

em média, R\$ 30 bilhões por ano. Só para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), ressaltou, são destinados mais de R\$ 15 bilhões por ano. Os recursos, no entanto, observou, nem sempre são gastos, em razão da morosidade no andamento das obras, da imperfeição dos projetos de engenharia e da falta de estudos preliminares que alertariam sobre as melhores soluções técnicas, entre outros fatores.

— Do ponto de vista financeiro, eu não vejo nenhuma dificuldade para o Brasil, nesses próximos dez anos, executar esse programa porque eu ainda o considero tímido para as nossas possibilidades — disse.

## Modais

Segundo Perrupato, as rodovias serão, em longo prazo, insuficientes para atender a demanda de escoamento da produção. Além de investimentos no setor rodoviário,

o país está aplicando recursos em hidrovias, especialmente para atender o Centro-Norte.

Ele disse que o ministério apresentou ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) propostas no valor de R\$ 7,2 bilhões para aplicar em hidrovias, mas, por falta de detalhamento dos projetos, só foram aprovados R\$ 2,7 bilhões. Agora, informou o secretário, o ministério está corrigindo tais projetos, por meio do Plano Hidroviário

Estratégico, para abranger a maior parte dos rios do Norte. Na opinião do secretário, muitos dos problemas são gerados pela alta rotatividade de profissionais do ministério e, especialmente, de engenheiros do Dnit, que buscam melhores remunerações em outros órgãos.

Ana Amélia (PP-RS), que requereu o debate, informou que, segundo previsão do Ministério da Agricultura, a produção de grãos em 2012 será de 181 milhões de toneladas. Ela disse que os produtores estão preocupados com o transporte da safra sem a ampliação das estradas. Na avaliação de Waldemir Moka (PMDB-MS), o Ministério dos Transportes é “engessado e emperrado”, pois discute os problemas, mas não apresenta resultados concretos.

O transporte, ressaltou o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), constitui uma “carga pesada” para os produtores, o que reflete no aumento do custo Brasil.

## Para Ana Amélia, logística seria fundamental para todo o setor produtivo do país



Ana Amélia disse concordar com a necessidade, apontada por Marcelo Perrupato, do Ministério dos Transportes, em audiência da CRA, de compatibilizar

os modais de transportes.

— A ferrovia, fundamental para a agricultura, para os granéis, deve ser conjugada ao aproveitamento dos rios navegáveis, aliviando o sufoco hoje enfrentado por nossas estradas, cada vez piores — disse a senadora, citando várias rodovias federais no Rio Grande do Sul que estão malconservadas, entre elas, a BR-285, BR-386, BR-470, BR-101, BR-116, BR-392 e BR-290.

Sobre a recém-criada Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Ana Amélia disse que “o termo logística está no nome dela, mas não no texto da lei que a criou, o que seria fundamental para todo o setor produtivo brasileiro e para o aumento da competitividade”.

## Nova estatal será importante para reduzir gargalos nos transportes, diz Rollemberg



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou a importância da EPL, cuja criação foi ratificada pelo Plenário anteontem, por meio do PLV 23/12, proveniente da Medida Provisória 576/12.

Na opinião do senador, a substituição da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) — estatal destinada à implantação do trem-bala entre o Rio de Janeiro e Campinas (SP) — pela EPL permitirá uma articulação maior entre meios de transporte, contribuindo para reduzir o gargalo de infraestrutura que ameaça o desenvolvimento do Brasil.

— A EPL terá papel estratégico na reorganização e na integração dos modais de transportes no país. Esse esforço de planejamento, com toda a complexidade que implica, é imperativo e pede uma abordagem global, que a EPL poderá assegurar.

## Dornelles cobra atualização do limite de receita bruta para médias empresas



Francisco Dornelles (PP-RJ) alertou para a necessidade de o Congresso corrigir o limite de receita bruta para enquadrar as médias empresas no regime de arrecadação do lucro presumido. O limite está em R\$ 48 milhões desde 2003, segundo o senador.

— Caso não seja aprovada a correção ainda este ano, a desatualização deve gerar um aumento de custos de R\$ 1,7 bilhão para as médias empresas — observou.

Ele disse apoiar emenda à Medida Provisória 582/12, que altera a contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços. A MP eleva o limite para R\$ 78 milhões.

— O lucro presumido desburocratiza a arrecadação, é mais fácil de operar e de se entender, além de estimular o crescimento dos empreendedores — assinalou.

## Cidinho: marco regulatório dos biocombustíveis dará tranquilidade a investidores



Cidinho Santos (PR-MT) cobrou a aprovação rápida do marco regulatório dos biocombustíveis, objeto do projeto PLS 219/10. Na opinião do senador, a aprovação da matéria vai dar mais tranquilidade e estimular o crescimento do setor.

Cidinho, em pronunciamento, lembrou as vantagens ambientais, sociais, econômicas e até de saúde pública obtidas com o uso em larga escala do biodiesel.

— Agricultores organizados em cooperativas cultivam e fornecem matéria-prima para a indústria de biodiesel, que, por sua vez, oferece insumos e assistência técnica aos pequenos agricultores, que nunca foram tão estimulados a produzir para um segmento de combustível verde, que emite 57% menos gases de efeito estufa na atmosfera.

## Mozarildo pede apoio para TV em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou da Assembleia Legislativa de Roraima que disponibilize com urgência o local para instalação dos equipamentos de transmissão da TV Senado, da Rádio Senado, da TV Câmara e da TV Assembleia.

O senador explicou que em 3 de dezembro o Senado realizará um pregão eletrônico para a aquisição dos equipamentos que possibilitarão a



transmissão dos canais legislativos em dez capitais, entre elas Boa Vista. A Assembleia de Roraima ainda não indicou onde o equipamento será instalado.

— Parece que o monopólio da comunicação no estado, que está na mão dos governantes, faz a assembleia não ter interesse num canal independente, como é a TV Senado, onde quem é contra ou a favor fala livremente.

## Braga lamenta incêndio no Amazonas

Eduardo Braga (PMDB-AM) manifestou solidariedade às vítimas de um incêndio de quatro horas que atingiu na terça-feira a Comunidade Artur Bernardes, em Manaus. Segundo ele, mais de 500 casas foram destruídas.

O senador destacou que a comunidade integra o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), criado na gestão dele



como governador. Braga ressaltou que o governador, Omar Aziz, já colocou a estrutura do estado para dar apoio às vítimas e familiares, mas cobrou mais planejamento.

— Não é o primeiro e não será o último [incêndio], enquanto todas essas áreas não forem resolvidas por um planejamento como o Prosamim, como o Minha Casa, Minha Vida — disse.